



ProFuturo nas escolas estaduais de Sergipe e suas implicações nas práticas pedagógicas com crianças

ProFuturo in state schools in Sergipe and its implications for pedagogical practices with children

Camila Gomes Santos da Silva

Simone Lucena

Sandra Virgínia Correia de Andrade Santos

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Aracaju, Brasil

Resumo

Este artigo objetiva discutir o ProFuturo na rede estadual de ensino, em Sergipe, e suas implicações nas práticas pedagógicas com crianças, considerando as políticas públicas de implantação das tecnologias digitais e práticas abertas, colaborativas e autorais nos anos iniciais do ensino fundamental. Esta pesquisa, qualitativa, tem como base epistemológica a multirreferencialidade. Os achados foram produzidos na pesquisa-formação junto a professores e alunos do Ensino Fundamental, anos iniciais. Os principais dispositivos foram: Infográfico e Guia de Integração do ProFuturo, observação interativa e app-diário. Os resultados apontam o desenvolvimento de práticas pedagógicas em padrões fechados, uma limitada interação e autonomia docente nos planejamentos, mediação e produção de conhecimentos, condicionando docentes e discentes aos usos e apropriações do digital enquanto meio facilitador de resolução de questionários, limitando a criatividade das crianças em seus processos autorais.

Palavras-chave: Tecnologias digitais; Práticas pedagógicas; ProFuturo.

Abstract

This article aims to discuss the ProFuturo program within the state public education network in Sergipe and its implications for pedagogical practices with children, taking into account public policies for the implementation of digital technologies, as well as open, collaborative, and creative practices in the early years of elementary education. This qualitative research is epistemologically grounded in multireferentiality. The findings emerged from research-training conducted with teachers and students in the early years of elementary school. The main instruments used were: the ProFuturo Infographic and Integration Guide, interactive observation, and a diary app. The results indicate the development of pedagogical practices based on closed models, with limited interaction and teacher autonomy in planning, mediation, and knowledge production. This situation constrains both teachers and students to use digital tools primarily as facilitators for answering questionnaires, limiting children's creativity in their authorial processes.

Keywords: Digital technologies. Pedagogical practices. ProFuturo.

Introdução

Na contemporaneidade, com a crescente integração das tecnologias digitais nas práticas socioculturais de crianças e adolescentes, refletir sobre as transformações nos processos de ensino e as práticas de colaboração, mediação, interação, criação, acesso e compartilhamento de conhecimentos na escola se tornam imprescindíveis. Nesse cenário, ganha destaque a necessidade de políticas educacionais que favoreçam a abordagem pedagógica das tecnologias digitais de forma crítica, criativa e acessível. Entre as abordagens contemporâneas, destacam-se os Recursos Educacionais Abertos (REA), que propõem a criação e o compartilhamento livre de materiais didáticos e práticas pedagógicas, promovendo o acesso ao conhecimento e à autoria por parte de professores e estudantes.

O Plano Nacional de Educação (PNE), em vigência, Lei nº 13.005/2014, incluiu nas estratégias da meta 7, o conceito de REA no item 7.12, propondo incentivar o desenvolvimento, seleção, certificação e divulgação de tecnologias educacionais para a educação infantil, ensino fundamental e médio, bem como incentivar práticas pedagógicas com preferência para *softwares* livres e recursos educacionais abertos, além do acompanhamento dos resultados em sistemas de ensino que forem aplicadas.

Nesse mesmo movimento de valorização do digital e da inovação pedagógica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) impulsionou a incorporação das tecnologias digitais no uso pedagógico dos currículos escolares brasileiros, visando o desenvolvimento de um ensino dinâmico capaz de preparar os alunos para as demandas da sociedade contemporânea, orientando os docentes para adoção de metodologias com o digital em sala de aula. De igual modo, tendo como base as orientações da BNCC, o Currículo do estado de Sergipe agrega em seus textos introdutórios, nas competências e nas habilidades dos componentes curriculares, o uso do digital nas práticas de ensino e aprendizagem.

Diante desse cenário de transformações políticas e curriculares, torna-se necessário investigar como essas diretrizes se concretizam nas realidades escolares, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Deste modo, um estudo sobre as políticas públicas, os programas de implantação das tecnologias digitais (TD) e as práticas desenvolvidas com crianças no estado de Sergipe ganha relevância ao permitir compreender os sentidos e os usos do digital no cotidiano escolar.

Nesse contexto, este artigo objetiva discutir o programa ProFuturo na rede estadual de ensino, em Sergipe, e suas implicações nas práticas pedagógicas com crianças, considerando a implantação de tecnologias digitais e o desenvolvimento de práticas abertas, interativas, colaborativas e autorais nos anos iniciais do ensino fundamental. O estudo foi realizado durante visitas em escolas estaduais no município de Itabaiana, em Sergipe, bem como em diálogos informais com gestores e coordenadores da instituição para o desenvolvimento da pesquisa dissertativa de Mestrado de uma das autoras¹.

A pesquisa de mestrado esteve atrelada ao projeto “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DE GESTÃO EDUCACIONAL: um estudo sobre as (trans)formações digitais a partir do currículo de Sergipe” aprovado pelo EDITAL FAPITEC/SE/SEDUC nº 09/2021. Durante o desenvolvimento deste projeto, foi perceptível a limitada conexão à rede e presença das tecnologias digitais para uso dos professores e alunos no desenvolvimento de atividades e práticas pedagógicas nas escolas participantes. Algumas dessas escolas, entretanto, foram contempladas com a maleta digital, contendo dispositivos tecnológicos destinados ao uso docente em práticas com os estudantes, viabilizada por meio de uma parceria entre o programa ProFuturo e o Governo Estadual de Sergipe, em busca de potencializar a mediação pedagógica com apoio de tecnologias no contexto da escola pública.

Neste artigo, estruturamos a discussão em cinco seções. Na primeira, apresentamos a introdução, contextualizando a pesquisa no cenário pedagógico das tecnologias digitais, considerando as legislações vigentes como o PNE e a BNCC. Em seguida, explicitamos os caminhos teórico-metodológicos da investigação, fundamentados na multirreferencialidade e na pesquisa-formação. A terceira seção discute a inserção de tecnologias digitais nas escolas estaduais de Sergipe, por meio do programa ProFuturo. Na quarta, analisamos a formação docente promovida pelo programa, contrapondo-a à concepção dos REA, com olhar para as práticas pedagógicas com crianças nos anos iniciais. Por fim, na quinta seção, apresentamos as considerações finais, destacando os desafios e possibilidades da construção de práticas mais abertas, autorais e criativas com o uso de tecnologias digitais na educação pública.

Metodologia

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se epistemologicamente na multirreferencialidade (Ardoino, 1998; Macedo, 1999) e adota como abordagem metodológica a pesquisa-formação (Josso, 2002; Macedo, 2010). Tais perspectivas

ProFuturo nas escolas estaduais de Sergipe e suas implicações nas práticas pedagógicas com crianças

reconhecem a complexidade dos fenômenos educativos e a necessidade de múltiplos olhares para compreendê-los em sua pluralidade de sentidos, contextos e sujeitos. A multirreferencialidade possibilita articular diferentes referenciais teóricos, metodológicos e epistemológicos na produção de conhecimentos, evitando reducionismos e abrindo espaço para a escuta sensível, a contextualização e a interpretação situada. Já a pesquisa-formação, por sua vez, entende-se como um processo experiencial, formativo e reflexivo, no qual pesquisadores e participantes se implicam conjuntamente na construção do saber, promovendo aprendizagens que emergem da vivência compartilhada.

Os achados dessa abordagem foram produzidos junto a professores e alunos do ensino fundamental, anos iniciais, em uma escola estadual, pertencente à Diretoria Regional de Educação 3 (DRE3) no município de Itabaiana em Sergipe. Foram mobilizados, como dispositivos, para este artigo, o Infográfico do Projeto Aula Digital (AD), a plataforma do ProFuturo, a observação interativa e o app-diário.

A análise do Projeto Aula Digital e da plataforma do ProFuturo envolveu a busca por documentos institucionais, como o *Guia de Integração de Programas do Ensino Fundamental de Sergipe*, bem como a leitura e interpretação do infográfico que sistematiza os conteúdos, recursos digitais e propostas de atividades destinadas aos professores e alunos. Essa etapa documental permitiu contextualizar o processo de implantação do programa e sua parceria com o governo estadual, identificando princípios, finalidades e estratégias de atuação nas escolas públicas.

A observação interativa ocorreu durante a oficina “Aula Digital”, ministrada por formadores do Instituto Paramitas e Telefônica Vivo, voltada à formação de professores da rede estadual de ensino. Além disso, observações e diálogos foram realizados no cotidiano da escola, especialmente durante o uso da maleta digital em uma turma do 2º ano do ensino fundamental, com destaque para os modos de apropriação dos recursos digitais pelos docentes e sobre as experiências colaborativas de autoria com crianças, buscando compreender as dinâmicas interativas e pedagógicas em contextos mediados pelas tecnologias.

As experiências vivenciadas foram registradas no app-diário, compreendido, segundo Lucena e Santos (2019), como um dispositivo de registro que articula os acontecimentos vivenciados e observados, reunindo escrita e recursos audiovisuais para aprofundamento reflexivo e interpretativo dos achados da pesquisa. O uso do app-diário favoreceu a

construção de narrativas sobre os processos de ensino-aprendizagem, permitindo capturar sentidos emergentes a partir das práticas observadas.

A análise dos dados ocorreu com base nas noções subsunçoras (Macedo, 2006), em um processo analítico-interpretativo que permitiu construir compreensões situadas sobre o uso da maleta digital e seus efeitos na prática pedagógica e na autoria colaborativa entre professores e crianças, valorizando o entrelaçamento de saberes e experiências em um movimento formativo, dialógico e multirreferenciado.

Tecnologias digitais na educação: a inserção do ProFuturo na rede pública de Sergipe

Nas últimas décadas, no Brasil, as políticas públicas educacionais vêm sendo reformuladas com vistas à incorporação das tecnologias digitais como mediadoras do processo de ensino e de aprendizagem. Esse movimento está inserido em um cenário mais amplo de transformação digital da sociedade, no qual a educação é convocada a responder aos desafios das culturas digitais com vistas a promover práticas pedagógicas que articulem inovação, autoria, colaboração e autonomia pedagógica. Nesse contexto, diferentes programas passaram a integrar o cenário educacional brasileiro, com propostas que envolvem a distribuição de tecnologias, a formação docente e o acesso a conteúdos digitais, como o programa ProFuturo.

O ProFuturo foi criado pela Fundação Telefônica, em parceria com a Fundação “La Caixa”, e se propõe a reduzir as desigualdades educacionais por meio da ampliação do ensino digital, investindo na formação de professores e no uso de tecnologias em sala de aula. Lançado em julho de 2016, o programa foi implementado em 40 países da América Latina, dentre eles o Brasil, iniciado no ano de 2017, em Manaus, no Amazonas, sendo posteriormente desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação em diversos estados brasileiros.

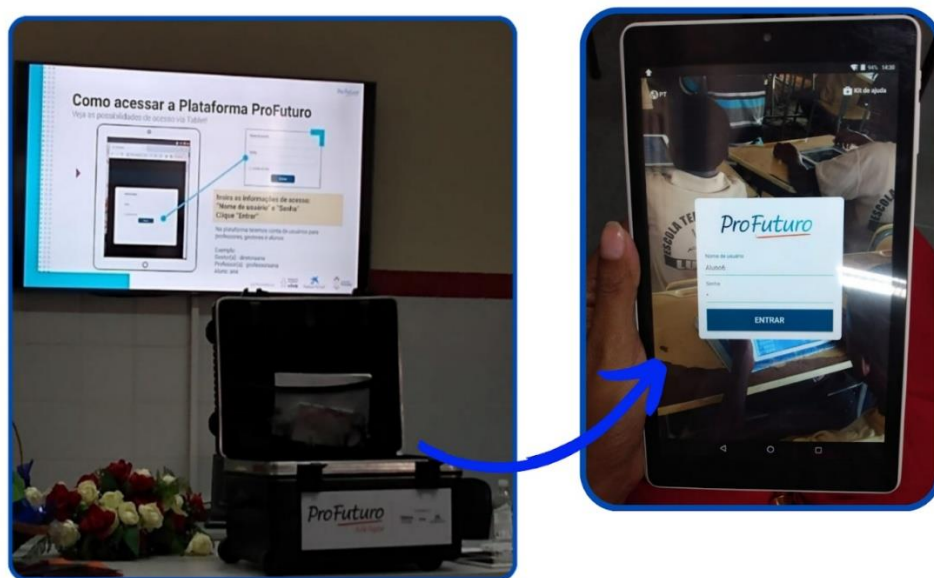
Dentre os projetos desenvolvidos pelo ProFuturo está o Aula Digital (AD), que incorpora o uso das tecnologias digitais na educação básica. Em Sergipe, a chegada do projeto Aula Digital (AD) foi em 2018, iniciado pelo acesso às tecnologias digitais móveis nas escolas públicas estaduais. Com a parceria entre a Fundação Telefônica e o Governo do estado de Sergipe, por meio da Secretaria Estadual de Educação (Seed/SE), e em colaboração com os municípios, o projeto Aula Digital chegou a 560 escolas em Sergipe, sendo 07 escolas do município de Itabaiana/SE, cidade lócus desta pesquisa. De acordo com o Guia de Integração

ProFuturo nas escolas estaduais de Sergipe e suas implicações nas práticas pedagógicas com crianças

de Programas do Ensino Fundamental (anos iniciais), o Programa Aula Digital possui os seguintes pilares: formação de professores, acompanhamento dos/as educadores/as nas atividades presenciais e remotas, equipamentos tecnológicos e conteúdos pedagógicos digitais.

Dentre as ações desenvolvidas no projeto, foram distribuídas às escolas contempladas os kits tecnológicos denominados como “Maleta Digital”, no qual são disponibilizados: 34 tablets para uso dos alunos, 01 notebook para uso do professor, 01 mini projetor portátil, 01 carregador com capacidade para carregar todos os tablets simultaneamente e 01 roteador com intranet.

Figura 01 - Maleta Digital e equipamentos tecnológicos disponibilizados para as escolas pelo ProFuturo



Fonte: Acervo das autoras (2022).

Na figura 01, estão a maleta e os dispositivos móveis disponíveis na escola para uso de professores em desenvolvimento de atividades do Aula Digital com os estudantes, apresentados durante a Oficina Aula Digital destinada aos professores e gestores das escolas contempladas. A formação ministrada por monitores do Instituto Paramitas foi composta por orientações referentes ao acesso à plataforma e ao planejamento das aulas digitais, bem como à apresentação das atividades digitais disponíveis para uso dos estudantes. A plataforma é utilizada em dois formatos, o perfil docente e o de aluno, sendo acessados por

meio de usuários e senhas. Nesse processo, cabe ao professor acessar o perfil dos estudantes com usuários e senhas, pois os alunos não possuem informações quanto ao acesso da AD.

A maleta possui um mini roteador com intranet para acesso e utilização dos recursos na plataforma do AD. Segundo informações obtidas com os formadores durante a oficina para os professores de Itabaiana, a intranet disponibilizada pela telefônica é destinada ao uso exclusivo do professor para o planejamento das atividades e escolha dos jogos educativos a serem desenvolvidas nas aulas digitais, e não deve ser conectado para manuseio livre dos alunos, havendo assim acesso restrito para utilização das crianças nas práticas desenvolvidas. Em diálogo com essa configuração do programa, os formatos fechados não só controlam o modo de acessá-los, mas delimitam e criam dependências para aqueles que os utilizam (Silveira, 2015). Nesse sentido, as práticas apresentadas durante a formação deixaram evidente a limitação de acesso, compartilhamento e produção de conhecimentos por possuírem padrões fechados e proprietários.

Isso também se destaca quanto ao planejamento docente das aulas a serem ministradas, pois estão pautadas nas orientações presentes no infográfico que contém todos os conteúdos e as atividades educativas digitais disponíveis aos alunos, não havendo autonomia quanto à elaboração e desenvolvimento de práticas autorais com os recursos educativos digitais na plataforma AD, evidenciado no relato de uma das coordenadoras pedagógicas atuante em uma das escolas contempladas com o projeto:

A gente possui um infográfico disponibilizado pelo programa para auxiliar os professores no planejamento de suas aulas de acordo com o conteúdo digital da plataforma destinada ao uso com seus alunos. Nesse infográfico os professores conseguem ter acesso a todos os conteúdos e atividades digitais disponíveis no AD (Coordenadora Pedagógica, 2022).

De acordo com as orientações durante a oficina, é informado que o infográfico possibilita ao professor ter acesso às informações quanto aos conteúdos e recursos didáticos presentes na plataforma digital do AD, de modo a planejar suas aulas conforme a proposta do projeto. Acreditamos que o recurso se faz necessário para o processo inicial de conhecimento e planejamento do professor, no entanto, todos os conteúdos, atividades e demais recursos digitais para uso com os estudantes já vêm prontos, não permitindo nenhum tipo de alteração e/ou inserção por parte do professor em atuação. Assim, limita o processo de criação e autonomia no fazer docente, o que ocorre também no processo de

ProFuturo nas escolas estaduais de Sergipe e suas implicações nas práticas pedagógicas com crianças

planejamento, evidenciado com a fala da professora A, durante os diálogos estabelecidos no decorrer da pesquisa:

A gente não consegue planejar as aulas digitais de outro computador que não seja o que é disponibilizado na maleta. Isso dificulta o nosso trabalho, pois só podemos planejar aqui na escola. Caso eu queira adiantar o planejamento com um computador pessoal, eu não consigo. Por exemplo, o carregador do notebook está com defeito, então eu não vou conseguir planejar a aula para utilizar as atividades com meus alunos essa semana. Temos que esperar que um dos técnicos do projeto venha trocar esse aparelho para que eu retorne a utilizar a maleta com as crianças (Professora A, 2022).

Em seu relato, a professora A aponta algumas dificuldades enfrentadas no processo de planejamento e execução das práticas com a utilização dos recursos disponibilizados na plataforma digital, principalmente quanto ao acesso restrito da plataforma para o planejamento dos conteúdos e atividades digitais disponíveis. Entendemos que restringir as formas de acesso, colaboração, compartilhamento e interação limita os processos de ensino e aprendizagem dos sujeitos.

Não obstante, ao explorar o perfil docente e o perfil destinado aos estudantes durante a formação ofertada, foi perceptível a limitada interação e autonomia que os professores possuem no processo de articulação dos recursos disponíveis, bem como na atuação e na autonomia dos estudantes nos processos mediados, limitando a criatividade e inventividade em padrões fechados.

A partir desse cenário, compreendemos que, embora a política pública representada pelo projeto Aula Digital tenha como objetivo promover a inovação pedagógica por meio da inserção de tecnologias digitais nas escolas públicas, sua implementação se ancora em lógicas centralizadoras e proprietárias que pouco dialogam com uma perspectiva libertadora da educação. Como aponta Pretto e Assis (2008), se não vier acompanhada de uma mudança no paradigma de produção e compartilhamento do conhecimento, a simples introdução de tecnologias nas escolas não garante a transformação dos processos educativos. Para os autores, é preciso superar a lógica do consumo de conteúdos fechados e caminhar rumo a uma cultura da colaboração, da autoria e do acesso livre ao conhecimento.

Não obstante, a centralização dos conteúdos e o controle sobre os modos de acesso às plataformas digitais, como se observa no caso da maleta digital, acabam por reforçar um modelo transmissivo, verticalizado e pouco responsivo às realidades e potências dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Pretto e Assis (2008) também criticam essas formas de

apropriação tecnocrática da educação, que reduzem os professores a operadores de sistemas e os estudantes a meros receptores de conteúdos, quando o que se espera da escola é que seja um espaço de invenção, criação e experimentação.

Nessa perspectiva, torna-se urgente repensar o modo como políticas públicas e/ou programas voltados à inclusão digital têm sido formuladas e implementadas, isso porque uma educação comprometida com a democracia e a emancipação dos sujeitos deve fazer uso das tecnologias de forma crítica, participativa e aberta, estimulando a liberdade de criação, o remix e a autoria compartilhada (Pretto; Assis, 2008). Ou seja, o investimento em equipamentos e plataformas deve ser acompanhado por práticas culturais dos sujeitos, no fortalecimento da autonomia docente e no protagonismo discente como elementos centrais para uma escola conectada com os desafios do tempo presente.

Formação docente com a maleta digital: contradições frente aos Recursos Educacionais Abertos

A formação docente realizada no âmbito do projeto Aula Digital, inserido no programa ProFuturo, por ser marcada por uma abordagem tecnicista e fechada contraria os princípios que fundamentam os Recursos Educacionais Abertos (REA). Enquanto os REA se constituem por sua abertura ao uso, remixagem, adaptação e compartilhamento de conteúdos educacionais por educadores e estudantes, por exemplo, a formação com a maleta digital orienta os professores para um uso prescrito e restritivo dos materiais e dispositivos, impossibilitando práticas pedagógicas autorais e contextualizadas. Apesar do uso de tecnologias digitais, a dinâmica adotada consolida práticas pedagógicas alicerçada na padronização, linearidade e controle.

Os conteúdos na formação ofertada aos professores da Diretoria Regional de Educação 3 (DRE3), na cidade de Itabaiana/SE, foram apresentados de forma centralizada e orientados ao uso funcional da maleta digital, composta por tablets, roteador com intranet, projetor e notebook. Nesse momento, os formadores destacaram que o uso dos equipamentos deveria ocorrer de forma off-line, com acesso apenas aos conteúdos da plataforma ProFuturo, mediante o uso de senhas previamente controladas pelos professores, o que já configura uma barreira à autonomia docente e discente (Silva, 2023, p. 70). A orientação pedagógica ancorada na plataforma privilegia a execução de planos de aula previamente estruturados, nos quais os docentes atuam como operadores de sequências já

ProFuturo nas escolas estaduais de Sergipe e suas implicações nas práticas pedagógicas com crianças

determinadas, em vez de autores de suas próprias práticas. Tal contradição se torna visível na estrutura formativa oferecida aos professores e nos modos como as tecnologias foram mobilizadas no cotidiano escolar a partir da implantação do programa.

Na formação a gente aprende como planejar os jogos educativos e atividades que já vem prontos na plataforma, a gente só precisa programar a atividade para usar em nossas aulas de acordo com o conteúdo que será trabalhado (Professora B, 2022).

Isso porque, conforme Silva (2023), a formação ocorreu em oficinas presenciais com foco técnico-operacional, nas quais os docentes foram apresentados aos equipamentos que compõem a maleta (tablets, notebook, projetor portátil, roteador intranet e carregadores) e à plataforma ProFuturo, que oferece, como já dito, conteúdos fechados, organizados por roteiros previamente definidos. A proposta formativa, em vez de dialogar com o cotidiano das escolas e fomentar a construção de saberes a partir das práticas dos professores, limitou-se à instrução de como utilizar com base em um modelo prescritivo de aula. Na proposta, os alunos acessam os conteúdos que já estão postos e organizados sequencialmente para tal.

Como podemos perceber, a orientação distancia-se da concepção de REA, que se baseia em uma cultura de abertura, colaboração e adaptação. Como indicam Bonilla e Pretto (2015b), os REA têm como princípio fundamental a liberdade para que professores e alunos possam modificar, contextualizar e produzir novos recursos a partir de materiais preexistentes, fomentando a autoria coletiva e a cocriação de saberes no contexto escolar (Silva, 2023). A impossibilidade de adaptá-los às realidades locais representa, portanto, não apenas uma limitação técnica, mas também uma negação da perspectiva pedagógica e política que sustenta os REA.

Desde o início dos anos 2000, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) tem promovido o conceito de Recursos Educacionais Abertos (REA), compreendidos como materiais voltados ao ensino e à pesquisa que, por estarem em domínio público ou licenciados de maneira aberta, podem ser livremente acessados, reutilizados, adaptados e redistribuídos. Esses recursos, que podem assumir diferentes formatos e suportes, são destinados a professores, alunos e demais interessados, com o objetivo de fomentar o uso compartilhado, a criação colaborativa e a remixagem de conteúdos. Ao serem mediados por tecnologias digitais, os REA ampliam as possibilidades de interação, acesso à informação, construção de conhecimentos e produção de autorias em contextos formativos, sociais e culturais (Santos; Rossini, 2015; UNESCO, 2019).

O distanciamento entre a formação promovida pelo projeto Aula Digital e os princípios dos REA se torna ainda mais evidente por observarmos a ausência de estímulo à criação de novos conteúdos pelos professores, bem como a inexistência de debate sobre licenças abertas, como as Creative Commons, que garantem o compartilhamento ético e legal das produções educacionais. Como se percebe, os docentes não foram provocados, durante a formação da maleta, a atuar como criadores de recursos ou a refletir sobre os direitos autorais e a circulação do conhecimento.

O que percebemos também é uma tecnopolítica educacional que instrumentaliza a prática docente em nome da inovação. Como discutem Bonilla e Pretto (2015a), as tecnologias digitais no contexto escolar muitas vezes são apropriadas pelas políticas públicas sob uma lógica de mercantilização e controle, que favorece o consumo de conteúdos em detrimento da criação e do compartilhamento. Ao invés de promover culturas digitais livres, o modelo adotado pela formação docente com a maleta digital reforça uma racionalidade tecnicista e conteudista, esvaziando o papel do professor como sujeito autoral e criador junto a seus alunos.

Nesse contexto, observamos que a proposta formativa em torno da maleta digital está alicerçada em uma lógica de consumo tecnológico, e não de produção. A intencionalidade pedagógica reforça a hierarquização do conhecimento e a centralização da inovação nas mãos de desenvolvedores externos, em detrimento da valorização da experiência docente e das possibilidades de autoria no chão da escola. Ao restringir o papel dos professores à reprodução de conteúdos heterodeterminados, a formação silencia a potência criadora dos professores e ignora a perspectiva de uma educação digital crítica e emancipadora com os alunos (Freire, 2001).

A formação de professores, no contexto das culturas digitais, não pode continuar investindo apenas em equipamentos em sala de aula, muito menos na simples utilização de conteúdos digitais pré-formatados. A inovação que defendemos está na abertura à autoria e à liberdade de criação. A educação digital, nesse sentido, deve ser pensada como um movimento de ruptura com educação bancária (Freire, 2001), abrindo espaço para práticas colaborativas, dialógicas e inventivas. A maleta digital, por direcionar práticas pedagógicas que se restringem, em sua maioria, à exibição de vídeos, realização de atividades em aplicativos já instalados e reprodução de sequências didáticas padronizadas, com pouca ou

ProFuturo nas escolas estaduais de Sergipe e suas implicações nas práticas pedagógicas com crianças

nenhuma margem para reinvenção ou remixagem, coloca as TD desvinculadas da realidade dos alunos e das singularidades de cada turma. Assim, como destaca Silva (2023), os professores tornam-se meros operadores de um sistema fechado, privados da possibilidade de elaborar práticas autorais com os dispositivos que compõem a maleta digital.

Essa realidade vai de encontro às proposições de Lucena, Accorsi e Almeida (2021). Para as autoras o potencial das tecnologias digitais está em sua capacidade de promover práticas comunicacionais interativas e hipertextuais, que valorizem as múltiplas vozes no processo educativo. Para elas, a educação em rede demanda mediações, em que professores e alunos sejam sujeitos ativos na construção do conhecimento e não consumidores. Essa dimensão criadora é perdida quando as tecnologias são inseridas de forma prescritiva e descontextualizada, como evidenciado na formação com a maleta digital.

Ao se apoiar em plataformas de recursos fechados, como o ProFuturo, o modelo formativo compromete o desenvolvimento de práticas educacionais abertas (PEA) — aquelas que, segundo Sousa (2022), caracterizam-se pela liberdade de criação, pela colaboração entre pares e pela participação ativa dos sujeitos nos percursos de aprendizagem. A formação oferecida não só restringe essas possibilidades, como também contraria as orientações do próprio Plano Nacional de Educação (PNE), que incentiva o uso de *softwares* livres e recursos educacionais abertos (REA), com vistas a fomentar uma educação de qualidade e socialmente referenciada.

A partir de seus relatos, as professoras participantes da pesquisa revelaram que a formação docente, pautada em dispositivos digitais com licenças fechadas, tem fomentado práticas pedagógicas limitadas quanto à compreensão e uso dos Recursos Educacionais Abertos (REA). A maioria dos docentes associa os REA a ferramentas tecnológicas gratuitas, como *Google Forms* e *Canva*, utilizadas principalmente para avaliações, produção de materiais gráficos e organização de atividades. No entanto, demonstram pouco conhecimento sobre o conceito de abertura, remixagem e adaptação previstos pelos REA, restringindo suas práticas ao uso de plataformas que, embora acessíveis, operam sob licenças proprietárias. Isso evidencia que a formação baseada em tecnologias fechadas contribui para a reprodução de práticas pouco abertas à colaboração e à criação.

Dessa forma, percebemos que a formação docente com a maleta digital impõe limites à construção de culturas digitais ao mesmo tempo singulares e plurais. Em vez de impulsionar a produção de conhecimentos significativos com e pelas tecnologias, ela reforça uma lógica

de entrega de pacotes tecnológicos fechados, operados sob rígido controle pedagógico e tecnológico. Como afirma Bonilla e Pretto (2015b), é preciso disputar seus sentidos, tensionar usos outros com as tecnologias e reconfigurar seus propósitos em favor de uma educação que produza liberdade, autoria e emancipação.

Em síntese, a formação docente com a maleta digital do ProFuturo, apesar de disseminar um discurso de inovação, atua como controle pedagógico e tecnopolítico, reforçando práticas escolares pautadas na repetição e na obediência a roteiros disponibilizados. Tal cenário desafia as políticas públicas educacionais a superarem a mera inserção de dispositivos tecnológicos e avançarem na construção de propostas formativas que valorizem a autoria docente, a experientiação e o pensamento crítico. É urgente disputarmos o sentido das tecnologias na escola, reivindicando uma educação digital livre, aberta e colaborativa, em que professores e alunos possam não apenas usar, mas transformar, criar e reinventar o digital em favor de processos educativos emancipatórios e coletivos.

A Maleta Digital nas práticas pedagógicas com crianças

A implementação da maleta digital nas escolas da rede estadual de Sergipe permitiu observarmos aspectos relevantes em respeito às práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças, nos anos iniciais do ensino fundamental. Conforme discutido anteriormente, tanto os dispositivos quanto a plataforma disponibilizada possuem uma estrutura fechada, com conteúdos e atividades previamente definidos, o que favorece uma lógica instrucionista e reprodutiva. Essa configuração tem limitado a atuação docente, concentrando-se na aplicação de tarefas já prescritas pelo programa, sem abrir espaço para a criação de percursos formativos próprios, autorais e dialógicos com as turmas.

Com isso, o potencial das tecnologias digitais como dispositivo de invenção, colaboração e autoria coletiva acaba sendo substituído por práticas que pouco dialogam com a realidade das crianças. Nas observações realizadas, as práticas pedagógicas mediadas pela maleta, por consistirem, em sua maioria, na execução de atividades digitais disponíveis na plataforma, com os estudantes resolvendo exercícios em tablets de forma individual ou coletiva, a atuação do professor segue em direção à organização da turma, seleção das atividades sugeridas no infográfico e acompanhamento do desempenho das crianças na execução dos recursos. A ausência de possibilidade de edição dos conteúdos revelou um

ProFuturo nas escolas estaduais de Sergipe e suas implicações nas práticas pedagógicas com crianças

cenário que impossibilita práticas educacionais abertas. Esse formato limita o surgimento de ideias e a liberdade criativa dos professores junto a seus alunos, comprometendo os processos de autoria e de reinvenção da prática pedagógica.

Nesse modelo, entendemos, em síntese, que o papel do aluno se reduziu à resolução, sem espaço para a autonomia, invenção e diálogo. Mais uma vez constatamos que o uso da tecnologia, embora presente, não garante a transformação nas relações pedagógicas com dispositivos digitais. Ao contrário, quando submetido a essa lógica técnica, controladora e prescritiva, apenas acentua o tecnicismo e a verticalidade das práticas, em oposição a um ensino horizontalizado com garantia de espaço de fala, favorecida por uma perspectiva crítica e criativa, em que os sujeitos se apropriem desses recursos para criar, comunicar e colaborar em contextos significativos de aprendizagem.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas com o digital realizadas pelas professoras que participaram da formação junto à maleta digital revelaram um predomínio de abordagens centradas no uso dos recursos vinculados à plataforma. A partir do relato docente, há algumas práticas mais recorrentes como o uso de jogos eletrônicos para responder questões (Professora Lima, 2022), vídeos com dinâmicas digitais (Professora Nascimento, 2022), análise de vídeos temáticos (Professora Mendonça, 2022) e o uso do Wordwall para elaboração de jogos pedagógicos (Professora Conceição, 2022). Esse movimento, ainda que apresente possibilidades de envolvimento, não explora a autoria das crianças, a experiencição ou a problematização. Desse modo, o protagonismo infantil, fundamental nos anos iniciais do ensino fundamental, fomenta uma participação passiva com os dispositivos utilizados.

Por outro lado, em meio a tais limitações, a pesquisa revelou que é possível promover movimentos de resistência pedagógica. Inspirada por princípios da pesquisa-formação, a investigação se debruçou sobre práticas que, ainda que vinculada ao projeto Aula Digital, buscaram forjar espaços de criação conjunta com as crianças. A pesquisadora, junto à professora de uma turma do ensino fundamental inicial, ao reconhecer o potencial das crianças e sua familiaridade com os dispositivos digitais, buscou desenvolver atividades abertas, nas quais os alunos puderam criar narrativas, registrar vídeos e interagir coletivamente em projetos mediados pelas tecnologias da maleta.

As experiências vivenciadas ao longo da pesquisa indicaram que, mesmo diante de um modelo com acesso restrito, é possível exercermos a criatividade pedagógica e articularmos práticas que valorizem as vozes infantis e sua potência inventiva. No entanto, para que essa

resistência seja possível, é necessário investir em processos formativos que fortaleçam os/as professores/as na apropriação crítica das tecnologias e na reinvenção cotidiana de suas práticas. A formação docente precisa, portanto, ser compreendida como um espaço de reflexão, problematização e criação, além de permitir que os educadores compreendam concepções outras de uso das tecnologias digitais em contextos educativos e, assim, abriremos caminhos outros para práticas horizontais, nas quais professores e crianças compartilhem a autoria dos processos educativos desde os anos iniciais do ensino fundamental.

Conclusões

Este artigo teve como objetivo discutir a implementação do programa ProFuturo e usos da maleta digital na rede estadual de ensino em Sergipe e suas implicações nas práticas pedagógicas com crianças, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, uma etapa escolar que também demanda abordagens pedagógicas imersivas, críticas e criativas. A partir da análise do processo formativo e das práticas orientadas pela Aula Digital, do programa Profuturo, observamos que, em vez de promover uma educação digital voltada à autoria e à invenção, a proposta reforça uma lógica tecnicista e prescritiva, marcada pela padronização das tecnologias digitais.

Verificamos que a formação realizada com a maleta digital reafirma a realidade dos recursos fechados, *softwares* proprietários e atividades previamente estruturadas, limitando o papel dos professores, já que a estes é delegado o cumprimento de roteiros predefinidos e a resolução de exercícios conteudistas. Essas práticas se distanciam de uma perspectiva pedagógica aberta e comprometida com a escuta e o protagonismo infantil, operando as tecnologias pautadas no ensino tradicional.

Em relação à implementação das tecnologias digitais em Sergipe, o ProFuturo, por meio do projeto Aula Digital, tem sua influência na organização das práticas pedagógicas, especialmente nos anos iniciais, desconsiderando que cada escola é singular, o que compromete o potencial formativo das tecnologias como dispositivos de criação, expressão e colaboração.

Desse modo, os resultados apontam para o descompasso entre a proposta formativa do programa e os princípios que orientam os Recursos Educacionais Abertos (REA), proposta que defende a liberdade de uso, adaptação, remixagem e compartilhamento de conteúdos

ProFuturo nas escolas estaduais de Sergipe e suas implicações nas práticas pedagógicas com crianças

educacionais. O distanciamento desses princípios evidencia a urgência de ressignificar os sentidos do digital na escola pública, especialmente na educação das crianças, de modo a garantir experiências de aprendizagem que favoreçam a autoria, a experiencição e a produção coletiva do conhecimento.

Nesse sentido, é fundamental que a inserção das tecnologias nos anos iniciais do ensino fundamental seja acompanhada por políticas de formação docente comprometidas com práticas interativas, colaborativas e abertas, que fortaleçam a autonomia dos educadores e reconheçam as crianças como sujeitos ativos e inventivos. Promover as culturas digitais de maneira crítica e democrática na escola exige disputar os sentidos e os usos nos processos educativos mediados pelo digital.

Referências

ARDOINO, Jacques. Nota a propósito das relações entre a abordagem multirreferencial e a análise institucional (história ou histórias). In: BARBOSA, Joaquim. Gonçalves. (org.).

Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: Editora da UFSCar, p. 42-49, 1998.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. Disponível em:

<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso: 25 abr. 2022.

BONILLA, Maria Helena Silveira.; PRETTO, Nelson. **Política educativa e cultura digital entre práticas escolares e práticas sociais.** Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 499-521, maio/ago. 2015^a.

BONILLA, Maria Helena Silveira.; PRETTO, Nelson. Movimentos colaborativos, tecnologias digitais e educação. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Em Aberto.** Brasília, v. 28, n. 94, p. 23-40, jul./dez. 2015b.

Guia de Integração de Programas. disponível em: [1e5adb7e-c5bf-4e8c-b57b-2f96d460362c \(seduc.se.gov.br\)](https://1e5adb7e-c5bf-4e8c-b57b-2f96d460362c.seduc.se.gov.br). Acesso: 04 jul. 2023.

LUCENA, Simone.; SANTOS, Edméa. APP-DIÁRIO na formação de pesquisadores em Programa de Pós-Graduação em Educação. **Revista Educação Unisinos**, v. 23 n. 4, p. 658-671, out./dez., 2019. Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.234.04>. Acesso: 10 dez. 2022.

LUCENA, Simone.; ACCORSI, Fernanda Amorim.; ALMEIDA, Livia Jéssica Messias de. Experiências formativas em tempos de pandemia: práticas pedagógicas na educação on-line. In: PORTO, Cristiane.; CHAGAS, Alexandre.; CONCEIÇÃO, Verônica. (org.). Educiber: Os ciberdispositivos como mediadores na educação. Aracaju: EDUNIT, 2021. P. 190-207.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Compreender/mediar a formação**: o fundante da educação. Brasília, DF: LiberLivro, 2010.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisacrítica, etnopesquisa-formação**. Brasília, DF: Liber Livro, 2006.

MACEDO, Roberto Sidnei. Por uma epistemologia complexa e multirreferencial nos meios educacionais. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (org). **Reflexão em torno da multirreferencialidade**. São Carlos: UFS Car, 1999.

PRETTO, Nelson.; ASSIS, Alessandra. Cultura digital e educação: redes já! In: PRETTO, Nelson.; SILVEIRA, Sérgio Amadeu de., orgs. **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008. P. 75-83.

SILVA, Camila Gomes Santos da. **“Criar histórias com os amigos é muito divertido, a gente aprende e também ensina”**: práticas educacionais abertas e autorias colaborativas com crianças. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/20182>. Acesso em: 01 jan. 2025

SILVEIRA, Sérgio Amadeu de. Implicações sociais e educacionais dos padrões e formatos abertos. In: **Em Aberto**. Brasília, v. 28, n. 94, p. 71-80, jul./dez. 2015.

SOUSA, Janaina de Almeida. **Práticas Educacionais Abertas: perspectivas e práticas docentes na educação básica**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Brasília. Brasília, DF., 2022. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/43485?locale=pt_BR. Acesso em: 01 set. 2023.

Nota

i Este artigo é um recorte da dissertação “CRIAR HISTÓRIAS COM OS AMIGOS É MUITO DIVERTIDO, A GENTE APRENDE E TAMBÉM ENSINA”: práticas educacionais abertas e autorias colaborativas com crianças”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) e ao Grupo de Pesquisa Educação e Culturas Digitais (ECult/UFS/CNPq), na linha de pesquisa Tecnologias, Linguagens e Educação (Silva, 2023).

Sobre as autoras

Camila Gomes Santos da Silva

Doutoranda e Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus VIII. Especialista em Gestão Educacional e em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Concluiu o curso de Formação de Professores Médio - Normal no Colégio Estadual Democrático Quitéria Maria de Jesus (2013). Possui cursos de LIBRAS e atuação na Educação de Surdos na modalidade EJA. Membro dos grupos de Estudos e Pesquisas ECult/UFS/CNPq e FORPEC/UNEB/CNPq. Tem interesse por pesquisas que dialogam nas seguintes áreas: Educação, Culturas Digitais, Inclusão Digital, Culturas Infantis e aprendizagens mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Narrativas Digitais, Literatura Digital, Formação de Professores, Educação On-line, Práticas Educacionais Abertas (PEA), Recursos Educacionais Abertos (REA), Autorias Colaborativas e Currículo. E-mail: camylagomess@live.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2802-4576>

Simone Lucena

Pós-doutora em Educação (Proped/UERJ). Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Professora do Departamento de Educação (DED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFS). Professora visitante na Universidade Rovuma, Moçambique. Coordenadora do Laboratório CoLab Humanidades Digitais, Inclusão, Sustentabilidade e Inovação – Edital Capes Pró-equipamentos 92024-2025). Foi coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) do Campus. Prof. Alberto Carvalho da UFES (2021-2023). Atualmente, é Coordenadora Adjunta no PPGED; Presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do DED/UFS. Na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Avaliadora ad hoc do GT 16 – Educação e Comunicação desde 2012. Membro titular do Comitê Cinetífico do GT16 da ANPEd (2023-2025), onde anteriormente foi Coordenadora de 2021 a 2023. Membro do Conselho Editorial dos periódicos: Revista Interfaces Científica Educação e do Journal of Research and Knowledge Spreading, e do Conselho Científico do Internet Latent Corpus Journal. Atua ainda como avaliadora ad hoc para a CAPES, FAPITEC/SE e CNPq. Tem projetos de pesquisa, publicações e orientações na Pós-graduação em Educação investigando principalmente os seguintes temas: educação, tecnologias da informação e comunicação, interatividade, formação de professor, culturas digitais, cibercultura, pensamento computacional e inteligência artificial. Membro fundadora da Rede Internacional de Ações em Educação (RIA) e coordenadora dessa Rede na UFS desde abril de 2020 na pandemia de covid-19, inicialmente com o nome REDE RIA40tena. Pesquisadora do Centro Internacional de Pesquisa AI Worldwide: Education, Language Society da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Culturas Digitais (ECult/UFS/CNPq). E-mail: slucena@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1636-7707>

Sandra Virgínia Correia de Andrade Santos

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com pós-doutorado em Tecnologias, Linguagens e Educação (UFS). Mestra em Letras (UFS). Graduada em Letras (UFS) e em Pedagogia

(Unicesumar). Especialista em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa e Literatura (Ages); em Docência e Tutoria em Educação a Distância (Unit-SE); e em Tecnologias em Educação, (PUC-Rio). Exerceu o cargo de Diretora (2006/2008) e Coordenadora de Ensino (2009). Atuou também como professora do Ensino Médio da rede CNEC no município de Tobias Barreto (1995-2010) e como tutora no polo de Apoio Presencial da Universidade Tiradentes em Tobias Barreto-SE (2006-2014) e pelo Cesad/UFS (2018). Atualmente é professora das redes Estadual, no Ensino Médio, e Municipal, no Ensino Fundamental Final, em Tobias Barreto. Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Culturas Digitais - Ecult(UFS/CNPq). Membro do Grupo de Estudos em Educação Superior-GEES (UFS/CNPQ). Membro do Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Tecnologia - Nuca (UFS/CNPQ). E-mail: professandra20@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0129-056X>

Recebido em: 17/09/2025

Aceito para publicação em: 24/09/2025